

ESCLARECIMENTOS DA REITORIA DA UECE SOBRE A PAUTA DE ACORDOS COM O GOVERNO ESTADUAL

O acordo para suspensão da greve de 2013, nas três universidades estaduais cearenses, resultou numa pauta de compromissos assumida pelo Governo. Os pontos ainda não cumpridos dependem de decisão do governador e se encontram vinculados ao período de proibições eleitorais.

Em nome dos pontos não cumpridos, paira de novo um clima de inquietação nos nossos *campi*, com indicativos de nova greve. É responsabilidade da gestão da universidade oferecer todas as informações necessárias, com o objetivo de subsidiar decisões conscientes, e é o que faremos a seguir, no que diz respeito à UECE.

1- Investimento.

Proveniente de negociação anterior à atual gestão, recebemos 4,5 milhões de investimento do tesouro estadual e conquistamos, em dois anos, mais 36,2 milhões. Deste investimento conquistado, 2,6 milhões foram como produto do compromisso assumido pelo governador em relação às reivindicações do movimento estudantil, objetivando a construção do restaurante universitário da FECLESC (Quixadá) e a aquisição de 2 ônibus e 1 miniônibus para ampliar a oferta de aulas de campo da universidade.

O projeto preliminar de engenharia e arquitetura do restaurante está concluído e encaminhado ao DAE para os projetos complementares, a partir daí daremos início ao processo licitatório. A obra seguirá por 2015, mas o recurso já está garantido. O processo licitatório dos veículos encontra-se iniciado e é viável a aquisição dos mesmos ainda em 2014.

Quanto à reforma e ampliação da FACEDI (Itapipoca), o governador reafirma o compromisso de executá-las, mas há indecisão sobre a magnitude do procedimento, portanto do tamanho do recurso. O governador estabeleceu, como método, a reforma do equipamento existente e ampliação na razão 3 vezes o número exato de salas de aula e equipamentos existentes. A comunidade ueceana de Itapipoca entende que a oportunidade deve permitir a construção de residência e restaurante universitário, por exemplo. A questão de método coloca o volume de recursos numa faixa que vai de 8 a 11 milhões. Já foi disponibilizado para o Governador o plano de necessidades com orçamento provisório. Após a decisão sobre o montante autorizado, seguir-se-á para projeto básico, projetos complementares, processo licitatório e para o início das obras.

2- Custeio.

Assumimos a gestão da UECE com limite financeiro liberado de, inicialmente, 16 milhões para 2012, mas terminamos o ano executando 19,2 milhões. O valor era, evidentemente, para uma instituição com 11 *campi*, distribuídos em 8 cidades, matriculando mais de 21 mil estudantes, em todos os níveis acadêmicos, do ensino técnico de nível médio ao doutorado.

Iniciaremos 2015 com orçamento previsto de 36 milhões de custeio. São 20 milhões, entre aqueles 16 milhões do início de 2012 e a previsão orçamentária de 2015, conquistados pela universidade, ao negociar com o governo estadual acréscimos necessários à cobertura do custeio das novas unidades criadas, como o novo Restaurante Universitário, o Complexo Poliesportivo, a Fazenda Guaiuba e o Hospital Veterinário, temos que 7,4 milhões o foram como produto do compromisso assumido pelo Governador em relação às reivindicações do movimento estudantil, objetivando a criação de rubrica própria de assistência para auxílio estudantil, apoio financeiro a eventos estudantis e ampliação do número de bolsas. Por volta de 60% de nossos estudantes de graduação são oriundos de famílias com renda inferior a 3 salários mínimos/mês, entre os quais 16% com oriundos de família com renda inferior a 1 salário mínimo/mês. Sem bolsa, eles não podem permanecer com qualidade nos *campi* e não concluem os cursos.

O auxílio estudantil para aula de campo e deslocamento a congressos já se encontra implantado e normatizado. O apoio financeiro à realização de eventos estudantis encontra-se em processo de normatização. A implantação plena do novo programa de bolsas garantiu a passagem de 815 para 1.800 bolsas estudantis pagas pelo tesouro estadual, das quais as de assistência e permanência acadêmica passaram de 260 para 900 bolsas e de R\$ 200,00 para R\$ 400,00/mês. O esforço da gestão da UECE de captar bolsas oriundas de projetos do governo federal nos levou, no geral, à passagem de 1.600 para 3.600 bolsas. A cobertura, portanto, evoluiu de 9 para 20% da população estudantil de graduação.

3- Pessoal Técnico-Administrativo.

Assumimos a UECE com o quadro de funcionários em situação dramática. Há 20 anos eram 970 servidores públicos e, em 2012 eram 500 terceirizados e 370 servidores públicos, dos quais mais de 100 com tempo de aposentadoria nos seguintes 24 meses, o que vem se concretizando. Além disso, todos com salários muito defasados, sem carreira ou cargo público, pois, em 39 anos de história, a UECE não realizara concurso para servidor público.

O acordo resultante da greve de 2013 afirmou-se sobre três itens:

a) plano de cargos, carreiras e vencimentos – O governador deixou clara a impossibilidade de aprovar um plano desses faltando 10 meses de governo, seis dos quais incluídos em restrições legais de várias ordens, e propôs à SECITECE a organização de um grupo de trabalho que elaborasse o plano, a ser oferecido ao novo governo. O Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos concordou, o grupo de trabalho foi constituído e o plano já foi concluído, para negociação com o novo governador.

b) aumento salarial – o violento rebaixamento salarial precisava ser corrigido e o governador aceitou o compromisso, enfatizando o sentimento de injustiça que estes servidores deveriam realmente sentir. O movimento sindical propôs um aumento real, parcelado em três anos, na proporção do aumento de 102% concedido aos docentes quando da aprovação de seu PCCV sete anos atrás. O governador argumentou com dificuldades do erário e a lei de responsabilidade fiscal, propondo que o aumento fosse partilhado com autorização de concurso: metade iria para aumento e metade para criação de cargos e realização do 1º concurso público de servidores técnico-administrativos da UECE. O Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos concordou, a 1ª parcela já foi honrada, mas o sindicato descobriu um erro de cálculo, pois o aumento não foi sobre a base salarial atual de cada servidor, e sim sobre a base do início de cada referência, e está negociando sua correção.

c) lei de cargos e concurso – As três universidades já apresentaram suas propostas para a lei de cargos e os respectivos editais de concurso, que foram unificados na PGE, onde se encontram, aguardando o final do período de proibição eleitoral, quando então poderá ser encaminhada proposta de lei ao Poder Legislativo. Após a necessária aprovação, os editais de concurso serão lançados. No caso da UECE, o governador aprovou a criação de 135 cargos. Se o edital de concurso for publicado ainda em novembro de 2014, e considerando que um concurso desta natureza e magnitude leva, no mínimo, seis meses, a UECE estará dando posse aos seus 135 primeiros servidores técnico-administrativos concursados por volta de abril/maio de 2014.

4- Pessoal Docente.

A atual gestão assumiu a UECE com uma necessidade profunda de revisão de seu quadro docente, pois não estávamos sequer repondo as vagas de professores falecidos, exonerados e aposentados. O ganho do PCCV Docente, naquele momento completando cinco anos, havia tornado digno o salário, equiparando-o ao das instituições federais, e havia criado uma nova classe, a de Professor Associado, para aperfeiçoar carreira. Mas havia a necessidade de aprovar cinco leis para regulamentação de dispositivos do próprio PCCV.

Articulação da gestão obteve do governador autorização para realizar concurso de reposição de exonerados e falecidos. Levantadas as 76 vagas, o concurso foi autorizado em 2012 e 73 tomaram posse entre junho/agosto de 2013. As três vagas que ficaram sem candidato aprovado somam-se a seis novos falecimentos, até o momento. Mas, a grande pendência ficou sendo a reposição das vagas deixadas por aposentadoria, em grande número, que pressionam inclusive, pelo crescimento das contratações temporárias de professores substitutos, para além das carências advindas de afastamentos temporários (licenças, afastamentos para pós etc).

A negociação com o movimento sindical docente, resultante da suspensão da greve de 2013, afirmou-se sobre seis itens:

a) lei de mudança de regime de trabalho – concluída, encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, aprovada e publicada no DOE, norma de cada universidade concluída, aprovada e publicada no DOE. Está implantada.

b) lei de mudança de gratificação de dedicação exclusiva – concluída, encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, aprovada e publicada no DOE, norma de cada universidade concluída, aprovada e publicada no DOE. Está implantada.

c) lei de afastamento para pós-graduação e pós-doutorado – concluída, encaminhada pelo Executivo ao Legislativo, aprovada e publicada no DOE, norma de cada universidade concluída, aprovada e publicada no DOE. Está implantada. Neste caso, destaque-se outra grande vitória, dada a simplificação burocrática garantiu-se agilidade, pois todos os afastamentos nacionais não precisam mais da assinatura do governador, bastando a do reitor, homologada pela SECITECE.

d) lei de regulamentação da classe de professor associado – esta lei apresenta maior impacto financeiro, sobretudo nos casos de retroatividade, o que levou o governador a não enviá-la ao Legislativo junto com as três anteriores, solicitando diligências à PGE e poderá ser encaminhada ao Poder Legislativo após o fim do período de proibição eleitoral.

e) lei de insalubridade/periculosidade – o governador autorizou à SECITECE a organização de grupo de trabalho para fechar este assunto, o grupo foi constituído de modo paritário entre movimentos sindicais, reitorias e SECITECE, o texto já foi concluído e encaminhado à PGE para análise e negociação com o novo governador.

f) concurso docente – o número global de carências da UECE, para atender a lei geral de cargos, aprovada em 2002, é de 326 vagas. Contudo, o número emergencial apresentado pela Reitoria foi de 163 vagas de concurso para repor as perdas de aposentadorias ocorridas entre janeiro de 2007 e junho de 2013, quando assinamos TAC

com o Ministério Público, mas, nos casos de UVA e URCA, além da reposição citada, há necessidade de resolver outras situações particularmente precárias. O governador requer um número que seja considerado emergencial, para planejamento do restante em negociação com o novo governador, e exige maior presença docente em sala de aula, relativizando tempo de planejamento e tempo para pesquisa, extensão, inovação tecnológica e gestão acadêmica.

Visando chegar ao número emergencial solicitado pelo Governador e considerando a complexidade da UECE, a reitoria propõe cálculo que considere a carência como resultado da seguinte operação: carga horária de sala de aula e de orientação de monografia de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* dividida pelo padrão de 16h/professor nestas atribuições, este cálculo resulta em número de professores necessários, o que, subtraídos os 807 professores existentes, resulta em número de professores bastante superior à reivindicação original. Por isso, a UECE mantém, em caráter emergencial, a demanda de concurso para 163 vagas.

Os reitores estão produzindo inúmeros cálculos, visando encontrar método compartilhável pelas três universidades, e levando estes cálculos à SECITECE. Tudo indica que teremos um padrão que respeite a diversidade das condições de UVA, URCA e UECE e que atenda ao caráter emergencial solicitado pelo governador. Visando reduzir a carga horária dedicada à gestão acadêmica, os reitores solicitam ao governador a implantação de cargo comissionado para coordenadores e vice-coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, que, na UECE, são respectivamente 60 e 17 coordenações, resultando em impacto financeiro na ordem de 1,4 milhão/ano. Em sendo o número emergencial aceito pelo governador, será possível publicação de edital de concurso logo após o fim do período de proibições eleitorais. A natureza e a complexidade de um concurso desses exigirá um tempo médio de 10 meses de realização, até a posse dos novos professores efetivos.

5- Pauta de luta conjunta.

O balanço demonstra que as pendências se encontram em ativa negociação e a reitoria da UECE entende que devemos permanecer juntos, comunidade estudantil, comunidade dos servidores técnico-administrativos, comunidade docente e administração universitária, para uma luta que tem pauta estratégica:

a) implantação do que ainda não foi resolvido do acordo anterior;

b) implantação de um programa de 10 eixos para a integração das três universidades estaduais cearenses, visando, por exemplo, mobilidade estudantil, mobilidade docente e lógica das estruturas organizacionais;

c) enfrentamento do debate de reforma dos estatutos da FUNECE e da UECE, que incluem, por exemplo, a eleição direta de reitor/vice-reitor, a eleição direta de diretor/vice-diretor de Centro/Faculdade/Instituto, e um equilíbrio academicamente justo do peso eleitoral entre os segmentos universitário nos processos eleitorais e na composição de colegiados/conselhos;

d) enfrentamento do debate com o novo governo estadual e a nova legislatura parlamentar para a aprovação da lei de regulamentação da autonomia do sistema universitário público cearense, ação síntese que permitirá a superação de inúmeros dos problemas vividos pelas nossas universidades.

José Jackson Coelho Sampaio
Reitor da UECE

Hidelbrando Soares dos Santos
Vice-Reitor da UECE